

IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE BARRÔ
RESENDE

IGREJA
DE SANTA
MARIA
DE BARRÔ
RESENDE



Planta.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Igreja. Nave. Arca tumular de Egas Moniz.

De um modo geral, as informações históricas relativas à arquitetura da época românica em Portugal são muito escassas. À margem das grandes construções românicas internacionais dos séculos XI e XII, um dos maiores problemas com que se depara o investigador, na altura de abordar uma igreja românica inserida no meio rural, é a carência de notícias documentais sobre a sua construção (Huerta Huerta, 2004: 29). Para o caso português, com exceção da tão citada notícia do chamado *Livro Preto* da sé de Coimbra, relativa às obras desta catedral ao tempo de D. Miguel Salomão (1162-1176), pouco ou nada mais existe que nos possa facultar documentalmente informações sobre a construção de um qualquer edifício do românico português.

Embora saibamos que remonta ao século XII a fundação da Igreja de Barrô como igreja particular de D. Egas Moniz, o Aio (c. 1080-1146), que lhe veio às mãos por doação real, desconhecemos o que então se edificou/transformou ou se houve continuidade de um culto praticado num templo já existente. Como se sabe, D. Egas Moniz foi “tenente” de São Martinho de Mouros (Resende) entre 1106 e 1111 (pelo menos) e governador da região de Lamego entre 1113 e 1117 e talvez até mais tarde (Serrão, 1984: 334-335). Tendo conseguido afirmar-se politicamente no reino em construção, Egas Moniz de Ribadouro fez copiosas dádivas a institutos religiosos, sendo de destacar o Mosteiro de Paço de Sousa, em Penafiel, onde se fez sepultar.

É, pois, neste contexto que devemos entender a doação do padroado da Igreja de Barrô feita por D. Sancha Vermudes, nora de D. Egas Moniz, à ordem dos hospitalários, em 1208, conforme nos informam as Inquirições Gerais de D. Afonso III (r. 1248-1279) feitas ao concelho e julgado de São Martinho de Mouros em 1258: quando questionado, Egas Mouro esclareceu os inquiridores que a Igreja de Santa Maria de Barriolo era dos frades hospitalários que apresentavam na dita Igreja. E perguntado sobre a obtenção de tal padroado, respondeu que fora da parte de D. Sancha Vermudes. E muitos outros disseram algo semelhante (Herculano, 1936: 1000).

Por outro lado, segundo outro testemunho, o de Pedro Gonçalves, a “villa de Barriolo” era toda do Mosteiro de Paço de Sousa. Cruzavam-se aqui, portanto, vários interesses (Igreja e território), embora entre todos houvesse uma ligação comum ao património da linhagem dos Gascos, de onde provinha Egas Moniz, dito o Aio.

As Inquirições (do latim *inquisitiones*) consistiam em inquéritos de grande escala ao estado dos direitos reais, ordenados pelo poder central e efetuados nos séculos XIII e XIV. Integradas no movimento de fortalecimento do poder real e de centralização administrativa que caracterizaram os últimos séculos da Idade Média, acabavam, ainda, por ser um cadastro, embora muito imperfeito, da propriedade, da distribuição demográfica e dos rendimentos gerais do Reino. Se as *Inquirições de 1220*, ordenadas por D. Afonso II (1211-1223), incidiram sobre a diocese de Braga, já as ordenadas por D. Afonso III abarcaram um território mais amplo (Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta), além de terem sido seguidas durante todo o reinado por inquirições particulares a vários reguengos, termos, concelhos e julgados (Herculano, 1936: 329). Tendo em conta a falta de documentação que temos para a Idade Média portuguesa e,



Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel).
Fachada ocidental.

mais especificamente, no que toca à história dos edifícios que ela nos legou, as Inquirições são pois uma das fontes mais significativas para o seu estudo e para o conhecimento da sua condição. Assim, com base nesta fonte, a mais antiga que conhecemos relativa à Igreja de Barrô, sabemos que esta foi primeiramente padroada da linhagem de D. Egas Moniz, e por isso ligada a Paço de Sousa, passando depois para a ordem do Hospital, que a apresentava e que se converteu numa das suas mais ricas comendas (Costa, 1979: 339)¹.

A ordem de São João do Hospital, fundada em Jerusalém (Israel), em 1048, por mercadores italianos, enquanto hospital para a recolha de peregrinos, acrescentou às suas funções caritativas, no início do século XII, as militares (Fonseca, 2000: 334-338). Estabelecida em território português entre 1122 e 1128, a ordem do Hospital sediou-se primeiramente no castelo de Belver (Gavião). Detentora de um vasto património situado a norte do Douro, em territórios junto ao Tejo e ao longo das margens do Guadiana, tal como as restantes ordens militares, os hospitalários organizavam-se através de pequenas unidades – as “comendas” –, à frente das quais estavam os comendadores, nomeados pelo mestre, a dignidade que encabeça a hierarquia destes *miles Christi*.

As paróquias, mas também os mosteiros ou simples capelas, podiam ser fundados e dotados por padroeiros particulares. Estes padroeiros ou protetores – do latim *patronariu*, de *patrōnu* –, ficavam a ter direito a um conjunto de privilégios, associados a determinadas obrigações, concedidas pela Igreja. Entre os seus direitos estava o da apresentação ao bispo dos clérigos que haviam de cuidar do serviço divino (embora houvesse uma tendência para transformar este direito de apresentação em direito de nomeação, daí ocorrendo naturais abusos de poder). Também gozavam de certos privilégios honoríficos, além de reservarem parte das rendas do benefício para seu próprio uso. Os padroados eram transmitidos por herança como qualquer outra propriedade, entre particulares, eclesiásticos ou leigos, mas também entre outras entidades.

Do período medieval, à parte a passagem do estatuto de igreja própria para o de padroado da comenda da ordem do Hospital (que a partir de 1530 se passou a chamar “de Malta”), pouco nos é dado a conhecer pela documentação, uma vez que o arquivo geral dos hospitalários, que se encontrava no convento da Flor da Rosa (Crato), foi totalmente destruído pelos espanhóis em 1662 (Serrão, 1984: 225-226). No Arquivo Distrital de Viseu, embora sob a designação de convento de Barrô, está depositado um fundo considerável de documentação de teor enfiteutico que apenas permite perscrutar o espaço económico desta comenda para um período relativamente tardio².

Embora estes poucos dados históricos nos deem conta da existência de uma igreja em Barrô ainda durante o século XII, certo é que os vestígios medievais remanescentes apontam-nos para uma cronologia bem mais tardia e que poderemos colocar já provavelmente na primeira metade do século XIII. Tal facto leva-nos a supor da existência de um templo anterior. Não nos podemos esquecer da longa cronologia associada ao românico português. Embora os primeiros testemunhos remontem ao século XI, a verdade é que este estilo, ou *modus aedificandi*, conheceu entre nós, uma longa perduração, particularmente no Norte e na Beira Alta.



Fachada ocidental.

¹ Ainda hoje persiste na memória local da instituição que aqui superintendeu o topónimo “Quinta da Comenda”, lugar onde pousavam os comendadores, encarregados de receber os dízimos da freguesia e os rendimentos da comenda, assim como visitá-la em nome da ordem do Hospital.

² ADV – Monásticos. *Convento [sic] de Barrô*. As datas extremas da documentação são 1555 e 1825.



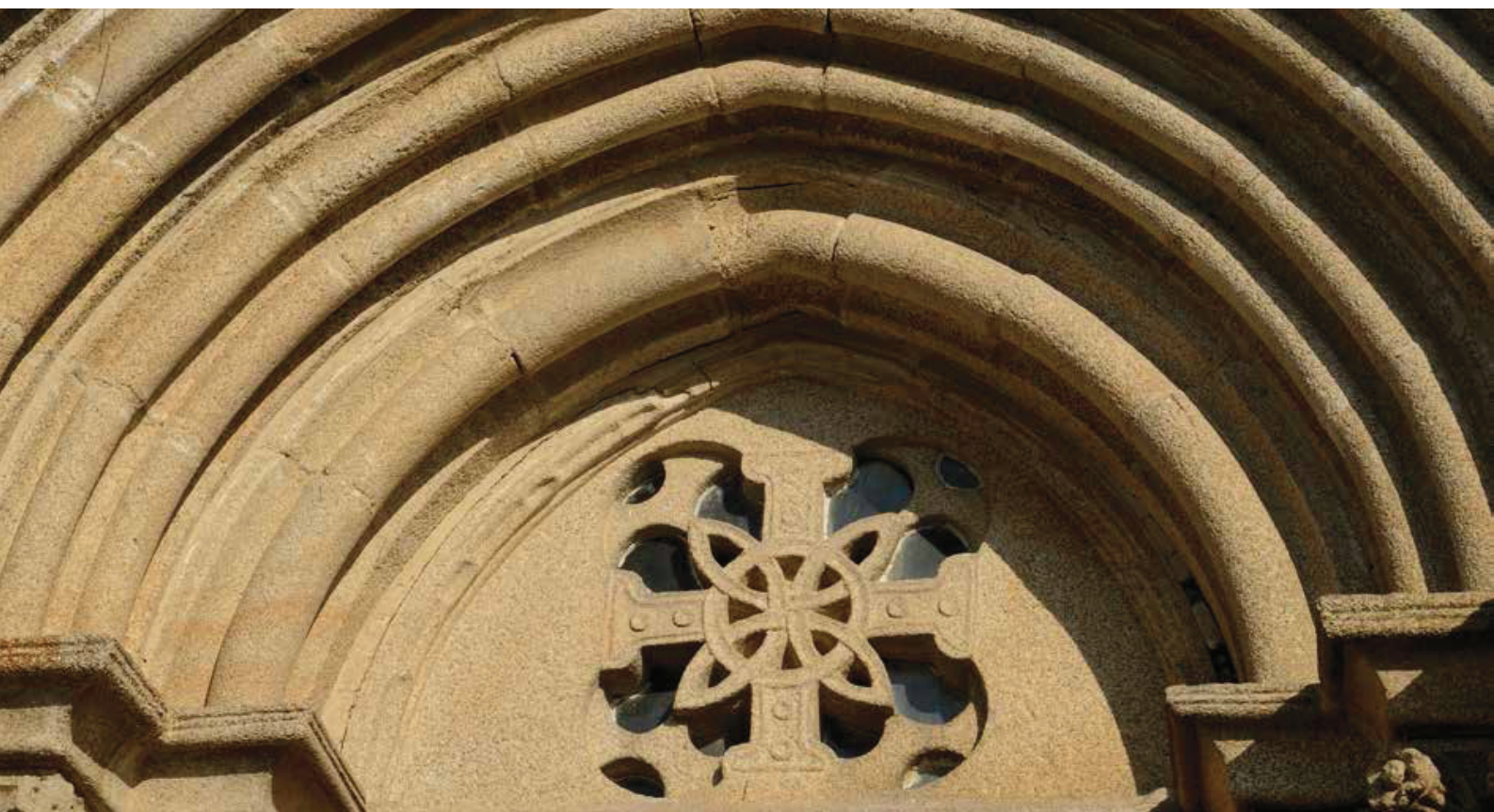
Vista aérea.



Fachada ocidental. Janelão. Rosácea.

A Igreja, composta por nave única e capela-mor retangular, encontra-se implantada num terreno voltado ao rio Douro, de acentuado pendente, pelo que a fachada principal se encontra a uma cota mais baixa do que a capela-mor, aspeto compensado internamente pelos dois degraus que permitem o acesso da nave à abside. É no exterior que conseguimos identificar de forma mais assertiva os elementos que nos permitem afirmar que esta Igreja foi edificada num momento tardio do românico português, tendo-se nela introduzido já algumas componentes que irão caracterizar aquilo a que se tem vindo a designar por “primeiro gótico rural”. Assim, cremos que estamos diante de um eloquente exemplo de “transição” entre o românico pleno e um gótico erudito, apesar dos problemas que esta designação meramente operativa possa acarretar. Não nos podemos esquecer que esta Igreja esteve primeiramente ligada à estirpe do Aio e depois aos hospitalários, o que justifica plenamente a edificação de um edifício com algum aparato e devedor de significativas influências, quer ao nível das proporções, quer no que toca à composição dos seus elementos decorativos.

Desde logo se impõe a fachada principal, organizada em quatro registos delimitados por três molduras, colocadas na continuidade da imposta do portal principal e da imposta do janelão superior, e, uma outra, na base deste. Adotando uma estrutura muito pouco comum à região, a fachada é composta, ainda, por dois vãos que se sobrepõem – o portal e a rosácea já protogótica, formada por círculos – numa composição que desde logo nos remete para uma proximidade formal com a sé velha de Coimbra. Vários autores têm chamado a atenção para esta familiaridade que, até à data, apenas podemos explicar com base na circulação de artistas que sabemos ter existido durante a época românica em Portugal, e de que mestre Soeiro (Anes) é um ótimo



Fachada ocidental. Portal. Tímpano.

exemplo³. No entanto, cremos antes que tal aproximação tem de ser explicada via Porto, tendo presente a ligação formal que existiu entre a fachada românica da sé desta cidade e a sua congénere coimbrã. Não nos podemos esquecer do exemplo tão geograficamente próximo de Cabeça Santa (Penafiel) e que tem vindo a ser considerado pela historiografia como uma reprodução da igreja de São Martinho de Cedofeita, no Porto⁴.

De facto, as semelhanças entre Coimbra e Porto surgem ao nível do tipo de talhe e da decoração vegetalista dos capitéis da nave da sé portuense e ao nível do arranjo geral da fachada, onde em ambas se sobrepõem dois grandes vãos, enquadrados por corpo avançado. No entanto, se na sé velha o portal principal é encimado por amplo janelão, cuja estrutura se assemelha muito a um portal, já na sé do Porto este mesmo janelão enquadra uma rosácea, já protogótica, reflexo da perduração da sua fábrica no tempo⁵. Em Barrô, ao invés da existência de um corpo avançado no centro da fachada, temos uma empena que, posicionada ao centro, não só acentua a verticalidade criada pelo portal e pela rosácea enquadrada por janelão, como também nos cria a falsa impressão de estarmos diante de uma igreja de três naves. Se, no registo superior, as arquivoltas são de volta perfeita, no inferior são já quebradas. Tanto no janelão como no portal, as arquivoltas são compostas por uma modenatura onde se alternam toros e escócias.

A escultura adotada nos capitéis do portal, de temática vegetalista e floral, anuncia já uma nova estética, a gótica, pois os seus motivos, já bem naturalistas, colam-se muito ao cesto. Também as esbeltas colunas que os sustentam nos aproximam deste novo momento da histó-

³ Referido no *Livro Preto* da sé de Coimbra como um dos arquitetos que terá trabalhado na sua fábrica ao tempo do bispo D. Miguel Salomão, vemos o seu nome surgir novamente anos mais tarde, por ter sido recompensado no testamento do bispo portuense D. Fernando Martins (1174-1185) em 1184. Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 405-431).

⁴ Sobre o assunto veja-se Botelho (2010: 457).

⁵ Sobre as problemáticas em torno do arranjo da fachada primitiva da sé do Porto veja-se Botelho (2006: 90-95).

ria da arte da Idade Média. Se a organização da fachada nos fala da persistência das fórmulas românicas, já alguns dos seus elementos compositivos são claros testemunhos da introdução de novos modelos estéticos.

O tímpano do portal principal, considerado por Vergílio Correia como “o melhor exemplar no género, entre as igrejas coevas, do norte” (Correia, 1924: 68), ostenta uma elaborada cruz vazada multimoda, muito ornamentada e de notável elaboração. Atente-se, ainda, às três curiosas mísulas que enquadram o portal onde se esculpíram rostos humanos de difícil datação.

Os portais laterais, norte e sul, confirmam-nos a presença da estética do primeiro gótico rural. Ambos inscrevem-se na espessura dos muros onde foram rasgados e ambos os portais apresentam tímpano liso assente sobre mísulas. Mais elaborado, o portal norte é composto por duas arquivoltas envolvidas por um arco exterior enxaquetado, o que justifica ainda o facto de ter sido abrigado por uma estrutura alpendrada, conforme denunciam as mísulas que ainda hoje persistem a meio da fachada. Em ambos os alçados rasgam-se estreitas frestas que, mais largas no interior, caracterizam este tipo de construções.

É grande a variedade de cachorros que encontramos nesta Igreja de Barrô. Do lado norte, citando Vergílio Correia, “entre os cachôrros da capela-mor divisam-se uma cabeça de homem e um focinho tôsko de javardo: entre os do corpo da igreja, passaros, um gnomo acororado trincando qualquer cousa informe, e desenhos vários” (Correia, 1924: 70). Do lado oposto, além dos cachorros tendencialmente lisos ou ornados com simples molduras geométricas, vemos um mocho. Para Lúcia Rosas (2008: 361), o modo de colocar a escultura nos cachorros e a forma geométrica que estes apresentam, constituem importantes indicadores na datação das



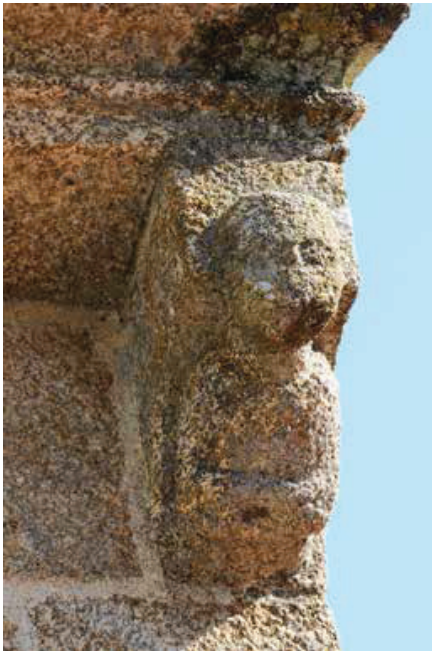
Fachada norte. Nave. Portal.



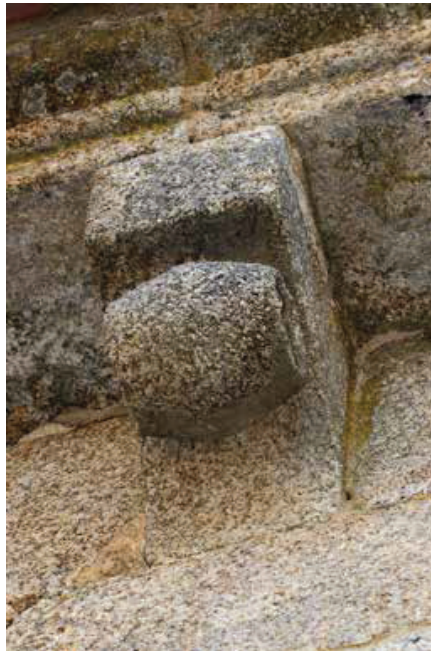
Fachada sul. Nave. Portal.



Fachada norte. Capela-mor. Cachorros.



Fachada sul. Nave. Cachorro.



Fachada norte. Nave. Cachorro.



Vista geral do interior a partir da nave.

igrejas românicas. Segundo esta autora, os exemplares mais antigos costumam ser retangulares, estando a escultura muito bem adaptada a esta forma. No entanto, à medida que o românico vai evoluindo no tempo, a reiterada repetição dos modelos afasta-se, tendencialmente, deste esquema inicial, mais erudito e mais conforme ao estilo românico, tal como ele nasceu e se expandiu. Daí que nas igrejas românicas mais tardias e nos exemplares datados da época gótica onde, no entanto, permanecem soluções próprias da época românica, os cachorros são habitualmente quadrangulares, mostrando uma muito menor variedade de temas e uma menos conseguida adaptação da escultura.

No interior da Igreja impera o granito e as dimensões da nave e da capela-mor, particularmente ao nível da sua altura, anunciam-nos já o gótico. Tal facto é-nos confirmado pela ampla abertura do arco triunfal que, apesar da estética ainda muito românica dos seus capitéis, nos fala já de uma outra liturgia. Às cabeceiras românicas, intimistas, mais baixas e estreitas que a nave, criadoras de espaços de recolhimento, sucedem-se as amplas e iluminadas cabeceiras góticas, abertas aos fiéis.

Ligeiramente quebrado, o arco triunfal é composto por duas arquivoltas e é exteriormente envolvido por um arco onde se conjugam três motivos relevados. No exterior, um toro, ao centro os entrelaçados catalogados por Joaquim de Vasconcelos com o n.º 5, no seu catálogo dos motivos decorativos mais comuns ao românico português⁶, e, por fim, no registo interior, uma escócia pontuada por pérolas.

⁶ O autor defende este motivo como "Elypses secantes em movimento duplo, centrista; corda" (Vasconcelos e Abreu, 1918: 70).



182

Arco triunfal. Capitel do lado do Evangelho.

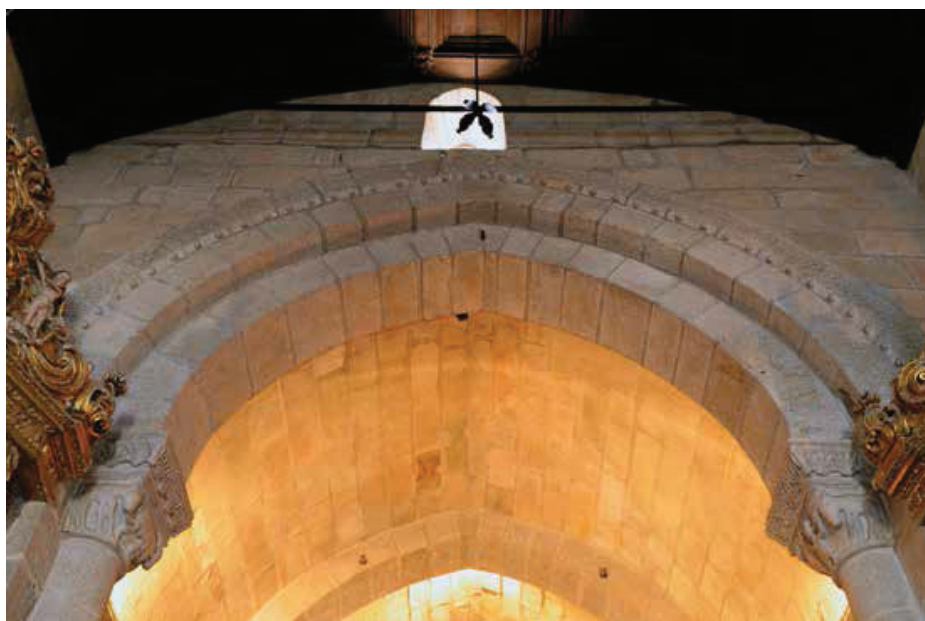


Arco triunfal. Capitel do lado da Epístola.

Historiado, o capitel do lado da Epístola mostra-nos uma cena de caça, cuja figura central é um homem que além de tocar um corno de caça, segura com a mão direita uma lança. O corno de caça era habitualmente usado para transmitir sinais em momentos de perigo (Sousa, 2005). Do lado direito, um quadrúpede (talvez um bóviedo) e, do outro lado, uma personagem que parece munida de uma espécie de escudo na mão direita e de uma moça na mão esquerda. O tema da caça, enquanto alegoria de luta contra o mal, está também representado no capitel do outro lado, onde um javali é agarrado por uma pata e por uma orelha por dois quadrúpedes, talvez dois cães.

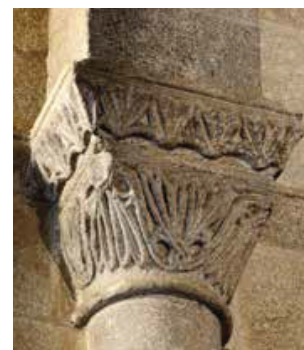
A capela-mor é composta por três tramos abobadados, definidos por dois arcos torais assentes sobre colunas adossadas à parede. No entanto, só os capitéis do arco central é que são ornamentados, enquanto os do último arco são lisos, o que pode ser certamente explicado devido ao facto de este último tramo nos parecer fruto de uma ampliação da abside para abrigar, de forma mais equilibrada, o aparatoso e espaçoso retábulo-mor barroco. Atente-se à diferente dimensão e coloração dos silhares deste último tramo. Assim, é nestes dois capitéis da cabeceira, ornados com motivos vegetalistas feitos a bisel que encontramos uma grande aproximação com a estética escultórica da época românica do grupo que se desenvolveu a partir do Mosteiro de Paço de Sousa. Citando Reinaldo dos Santos (1970: 70), os capitéis de Barrô “parecem talhados à goiva, à maneira de Paço de Sousa, como se o espírito decorativo, vencendo a corrente do Douro, alcançasse a margem oposta...”. Também ligada a Coimbra, trata-se de uma técnica tradicional de esculpir, própria do trabalho decorativo de madeira, e que cria finos baixos-relevos planificados. Recordem-se as ligações existentes entre o Mosteiro e esta Igreja de Barrô, por nós referidas anteriormente.

183



Arco triunfal.

Por fim, não podemos deixar de referir aqui a presença de inúmeras siglas ao longo dos silhares que dão corpo à Igreja de Barrô. Um olhar atento encontrará um bom número e uma boa variedade no interior da abóbada da capela-mor. Na construção românica, as siglas ou marcas de pedreiro, como habitualmente são mais conhecidas, são elementos fundamentais para o estudo da arqueologia da sua arquitetura. Tratam-se de pequenos sinais incisos, habitualmente geométricos, que aparecem na face exterior do silhar e que foram interpretados como marcas de tarefeiros, ou seja, como uma chave para diferenciar o trabalho do canteiro ou de grupos de canteiros (Nuño González, 2005: 95). Cruzes simples ou mais complexas e iniciais são as siglas que aqui identificamos. Além de serem indicativos da progressão do trabalho, podem também ser elementos identificadores, por exemplo, do número (muito relativo) de pedreiros que poderão ter trabalhado num dado edifício. Sendo pagos à jornada de trabalho, os pedreiros procediam à identificação dos silhares que tinham cortado e montado com marcas que podiam ir desde sinais grafiticos a letras do alfabeto. Embora não falem alguns sinais mais elaborados, que adotaram formas figuradas, de um modo geral estamos diante de sinais incisos de fácil feitura (Huerta Huerta, 2004: 121-149). No entanto, na maior parte dos casos, estas marcas ficaram voltadas para o intradorso do paramento construído, embora ocasionalmente as possamos ver voltadas para o exterior.



Capela-mor. Capitel.



Capela-mor. Siglas.

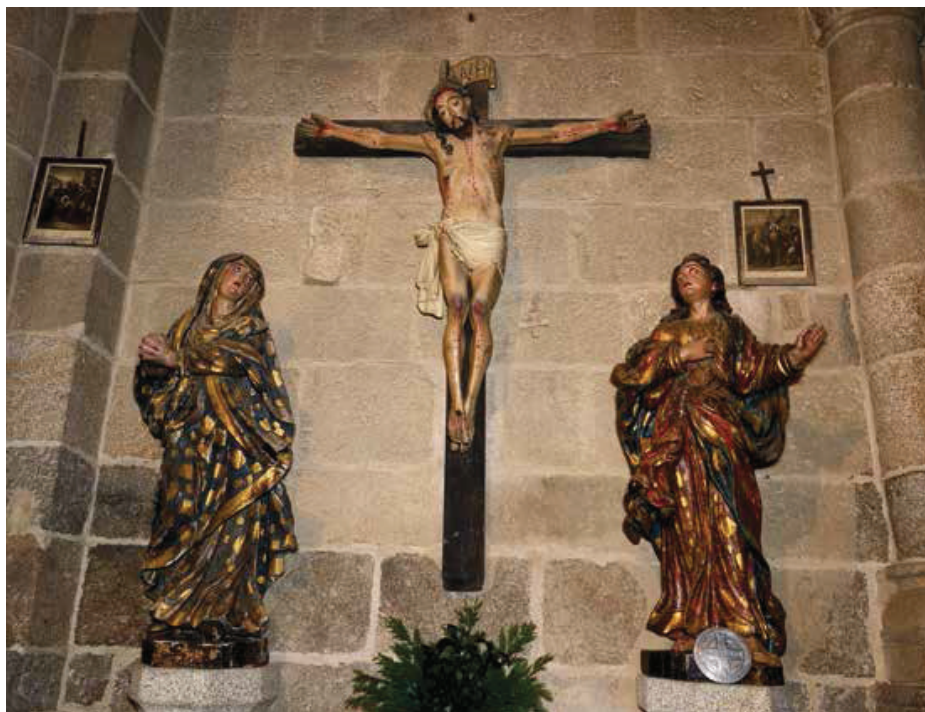
O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA

Pode dizer-se que, a seguir à fábrica românica, foi durante o período barroco que a Igreja de Barrô sofreu as maiores transformações. À decoração, essencialmente pétreo, seguiu-se um longo período em que o “horror ao vazio” transformou as paredes caiadas ou nuas em cenários de madeira dourada e pintada ao gosto de uma época em que os homens pretenderam coreografar o divino.

Na capela maior de Barrô, o retábulo, gizado dentro do gosto joanino do barroco, ocupou toda a parede da cabeceira, modelando-se na sua gramática cenográfica ao arco quebrado, para formar uma composição entre dois estilos, ainda que separados por quatro séculos. Interessante simbiose, nem sempre compreendida, como sabemos.

A Santa Maria medieval, sucedeu, já no período moderno, a Virgem da Assunção que ocupa o lugar da titular no retábulo maior e respira o mesmo estilo da linguagem da talha (Azevedo, 1758). O mesmo se aplica à representação da Virgem com o Menino aposta na mísula secundária, do lado da Epístola. As medidas de ambas e o seu tratamento plástico e ornamental levam-nos a considerar terem sido elaboradas durante a realização deste retábulo, destinando-se especificamente aos locais onde ainda são veneradas.

185



Capela-mor. Paredo do lado do Evangelho. Plintos. Conjunto escultórico. Calvário.



Ainda na capela maior sobressai o conjunto escultórico do Calvário, de excêntricas dimensões, constituído por Cristo crucificado, a Virgem e São João Evangelista⁷. Embora tenha sido transferido para aqui, de local que desconhecemos, este conjunto alinha com o espírito barroco e a linguagem decorativa plasmada no retábulo maior, sendo provavelmente encomenda da mesma época.

Na nave, embora de consideráveis dimensões, existem apenas dois retábulos laterais: um dedicado à Virgem da Piedade e outro, simétrico, hoje dedicado à Virgem com o Menino e onde, em 1758, se venerava o Menino Jesus e o mártir São Sebastião⁸. Na memória redigida pelo vigário José Mendes Azevedo (1758) podemos colher apenas informações esquemáticas sobre o interior da Igreja: três altares e uma só nave, sem que tal património tenha sofrido com o Grande Terramoto, à exceção da cruz do campanário da Igreja que “ficou inclinada alguma couza para o Poente”. Era então padroeiro Fernando Luís de Azevedo, certamente o comendador da ordem de Malta a quem cabia a apresentação do vigário.



Nave. Retábulo colateral do lado do Evangelho.



Nave. Retábulo colateral do lado da Epístola.

⁷ Parte deste conjunto (imagens da Virgem e de São João Evangelista) integrou a *Exposição de arte sacra do arceprelado de Resende*, realizada em 1976, na sequência das Comemorações Centenárias da Diocese de Lamego. De Barrô seguiram para a mesma mostra as imagens da Virgem da Piedade e uma custódia, em prata dourada, datada do século XVII ([S.a.] – *Exposição de arte sacra do arceprelado de Resende*. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976. Peças n.º 9, 28, 29 e 47).

⁸ Na fotografia publicada na monografia de Resende, de 1982, o altar do Evangelho parece manter ainda a imagem de Santa Ana e o da Epístola, entre outras esculturas menores, a imagem do Sagrado Coração de Jesus (Pinto, 1982: 341).

Embora do cartório paroquial da comenda nada persista, foi através dos seus arquivos centrais, em Malta, que pudemos aceder ao interior da Igreja no terceiro quartel de setecentos. No mês de novembro de 1771, dirigiu-se a Barrô o visitador frei Manuel Guedes de Magalhães, acompanhado de mais oficiais, para avaliar do espiritual e temporal da comenda de Barrô. Principiou pelo habitual inquérito aos habitantes, que logo denunciaram vários casos de mancebia, solicitação e concubinato. Admoestados os envolvidos, passou o visitador aos assuntos terrenos, nomeadamente a Igreja, de que o escrivão fez ampla descrição.

Correndo do nascente ao poente, a Igreja de Barrô “toda de pedra de cantaria” tinha no seu corpo o comprimento de treze varas e de largo seis. Segundo o descritor, a porta principal era de “Architetura gótica”, sobre a qual existia um óculo da mesma arquitetura. O frontispício era rematado por um campanário com dois sinos. No interior deste templo com pouca luz, “por cauza da gravura das paredes” (por gravura entenda-se gravidade), havia logo à entrada e à mão esquerda a pia batismal e à mão direita a pia da água benta “de madeira com suas grades torniadas”. Era “forrada de castanho e mal ladrilhada”, desacertos para os quais os visitantes chamaram a atenção nas admoestações ao pároco e demais oficiais do povo.

Ao longo da nave existiam três altares com os respetivos retábulos: o primeiro, na parede sul, albergava o monumental crucifixo, hoje deslocado para a capela-mor. Fora mandado executar pela confraria das Almas. O segundo e o terceiro estavam encostados ao arco cruzeiro, com “os seus retabulos de talha dourados e pintados”. O do lado do Evangelho, titulado de Santa Ana, exhibia duas imagens desta matrona, uma de vulto e outra de vestidos; o do lado oposto, da Epístola, era da invocação de São Sebastião e possuía, para além desta imagem, a do Menino Deus, ambas de vulto. De cada um tratava a respetiva confraria, mantendo as lâmpadas de latão sempre guarnecidas. O papel das confrarias era essencial para a manutenção do espaço eclesial. Em 1771 referem-se cinco, para além das acima citadas, laboravam as do Senhor, de Nossa Senhora do Rosário e do Menino Deus.

A capela-mor “toda de abobeda” fora mandada aumentar pelo povo, “para o que comtribuio tambem a Commenda”. Estava mal ladrilhada de cantaria e possuía apenas duas frestas com vidraças. Porém, no tocante ao retábulo, não passava despercebida a sua dimensão e, como já referimos, o aproveitamento da parede fundeira: “o seu retabolo enche o fundo todo da Capella com tribuna, Trono e sacrario tudo dourado e pintado com seu frontal de madeira tambem dourado”. No retábulo veneravam-se duas imagens da Virgem, uma de vulto, da padroeira, e outra vestida.

A sacristia, adossada à parede sul da capela-mor, era grande, com lavatório, porta de serventia para o adro e acesso a uma casa que a confraria das Almas mandou edificar e que podia empregar-se, segundo o visitador, como casa da Fábrica.

Sobre os ornamentos é extensa a lista, que se repartia entre os objetos de uso corrente na Igreja e os que serviam nos altares a cargo das respetivas confrarias.

A visitação não podia terminar sem uma cuidada análise sobre outros aspetos da gestão corrente do património da comenda, como o passal, as casas da residência e da comenda, tulhas e adegas, preceitos ou direitos respeitantes a águas, rendimentos e, finalmente, às capelas ou ermidas dispersas pela paróquia⁹. O visitador enfatizou especialmente o estado do cartório, a

9 BIBLIOTECA NACIONAL DE MALTA – *Arquivos da ordem de São João, secção XVI, parte 18, Priorado de Portugal, visita geral da comenda de Sernacelhe e comenda de Barro, 1771, fls. 230 v.º – 232. As descrições do restante património e direitos da comenda estendem-se até ao fólio 269 v.º.*



Panorâmica do vale do Douro em Barrô.

que dedicou algumas páginas, descrevendo os livros de visitas anteriores, tombos de registo de propriedades, direitos e demandas. Efetivamente, como qualquer instituição do Antigo Regime, a comenda de Barrô geria vários pleitos respeitantes ao vasto património que possuía. Os livros do cartório encontravam-se, em termos gerais, num estado pouco aconselhável à sua conservação, sendo por isso o pároco admoestado a renovar o espaço onde se encontrava o acervo documental e a fazer todos os possíveis para preservar tão delicado e valioso património.

Joaquim de Azevedo, na sua obra *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*, redigida nos primeiros anos do século XIX e aumentada em 1877, refere que na Igreja se veneravam “reliquias, a que se atribuem milagres, sem saber de que santos são; principalmente se valem d’ellas contra as mordeduras dos cães damnados” (Azevedo, 1877: 330). Acrescenta que estavam aqui sediadas seis irmandades: do Santíssimo Rosário, do Menino Deus, de São Sebastião, de Santa Ana, das Almas e de Clérigos Pobres, muito embora a tantas agremiações não correspondam os altares ou capelas devidas à veneração das invocações que as titulavam.

Freguesia com uma área menor – se comparada com a vizinha São Martinho de Mouros (onde se situava a sede do município a que pertencia) –, albergava, em 1758, uma população de 1327 habitantes que se distribuía por 429 fogos, dispersos entre lugares e quintas, numa zona de montanha e de ribeira. Aqui, nas margens do Douro, acreditava-se existirem vestígios de uma ponte mandada executar por uma das régias Mafaldas. Desta tradição (fundamentada, como sabemos) faz eco o vigário José Mendes de Azevedo, referindo os vestígios de pilares em ambas as margens, nomeadamente na oposta freguesia de Barqueiros (Mesão Frio)¹⁰.

A Igreja paroquial não constituía o único polo religioso de Barrô, porquanto no século XVII (em 1693) aqui se instalou um grupo de religiosas que tomou o hábito franciscano e, depois de extinto (em 1780) e incorporadas as freiras resistentes no convento das Chagas em Lamego, constituiu um importante núcleo de ensino nos séculos XIX e XX. Era o convento de Jesus Maria José, referido em 1758 como de “Claras urbanas”¹¹.

¹⁰ E, já antes dele, na viragem de 1512 para 1513, o cronista lamecense Rui Fernandes o fizera, com larga notícia sobre a projetada ponte (Fernandes, 1926: 546-613). Sobre esta travessia veja-se o que escrevemos em Ponte da Veiga, Lousada.

¹¹ Aqui faleceu, com fama de santidade, Mariana da Madre de Deus. A este respeito ver Nossa Senhora (1930).

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Foi ainda em finais do século XIX, mais precisamente em 1890, que a torre sineira que se adossa à fachada principal pelo lado sul foi reconstruída, a expensas de um emigrado no Brasil e natural da freguesia, ligado à família da Casa do Torgal, em substituição de um campanário anterior referido em 1758 a propósito da cruz do topo, que se movera com o Grande Terramoto (Duarte, 1994: 113-114). Com planta quadrangular, estrutura-se em três registos. Rematada nos ângulos por pináculos e, ao centro da cobertura, com coruchéu de bola, que serve de apoio ao cata-vento, encontra-se rasgada no registo superior e em todos os seus lados por ventanas de volta perfeita que abrigam sinos de bronze.

Em 1922, a Igreja de Barrô foi classificada como Monumento Nacional¹². Embora tenhamos notícia de que, em inícios do século XX, se procedeu à reconstrução de parte do campanário da torre por se encontrar derrubado (Antunes, 2006), as mais significativas intervenções de conservação ocorreram a partir de meados do mesmo século. De facto, data de finais de 1949 o apelo do padre António Pinto Cardoso Júnior para que se procedesse a obras de reparação em Barrô¹³. O telhado encontrava-se num estado “ruinoso”, sendo que chovia “bastante” no interior da Igreja, “com grave prejuízo para os seus altares ricamente entalhados, conservação das alfaias e até para a realização dos actos religiosos”. Foi então despendida uma verba para a realização das reparações mais urgentes¹⁴.

Na década de 1960 sentimos uma maior sensibilização das entidades competentes relativamente a este edifício. Numa memória datada de 16 de março de 1965¹⁵, relativa à “Reconstrução dos telhados e consolidação do tecto de caixotões da nave”, explica-se que por estar “longe dos centros urbanos, a Igreja de Barrô não tem sentido o benéfico bafejo de quaisquer obras de reparação”.

Numa das memórias destas intervenções explica-se que se encontra este edifício muito “exposto à acção do tempo” por estar situado na margem esquerda do rio Douro, pelo que a cobertura da Igreja “sofre os consequentes efeitos, o que motiva o revolvimento das telhas”¹⁶.

Assim, além das características reparações dos tetos e dos telhados, por diversas vezes identificadas ao longo da segunda metade de novecentos, e das mais diversas reparações ao nível dos madeiramentos ou dos beirais, é digna de destaque, pelo impacto na legibilidade que teve, a demolição do corpo, composto por dois pisos, que se adossava à fachada sul, no ângulo criado entre esta e a sacristia. A documentação identifica-o como “Sala das Almas”¹⁷. Sentia-se já em 1955 ser urgente a sua demolição: “por ali entra chuva para tãda a Igreja em tal abundância que fica completamente inundada, com enorme prejuízo para altares, paramentos e até algumas imagens”, conforme esclarece o padre António Pinto Cardoso Júnior. Tratando-se de uma



Fachada sul. Torre sineira.

12 DECRETO n.º 8 175. D.G. I Série. 110 (22-06-02).

13 PAZ, Henrique – Cópia da missiva do pároco de Barrô [dirigida ao Governo Civil do Distrito de Viseu], 26 de novembro de 1949. SIPA.TXT.01667358. PT DGEMN:DSARH-010/220-0001 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011813020003].

14 Ofício n.º 5178 de 14 de dezembro de 1949 [SIPA.TXT.01667360]. Idem.

15 Memória de 16 de março de 1965 [SIPA.TXT.01667408 e SIPA.TXT.01667407]. Idem.

16 Memória de 1 de maio de 1959 [SIPA.TXT.01667376]. Idem.

17 CARDOSO JÚNIOR, António Pinto – Missiva de 2 de janeiro de 1955 [SIPA.TXT.01667371]. Idem.

construção “de época relativamente recente”, que “prejudicava” o conjunto e em parte obstruía a porta lateral da fachada, considerou-se proceder à sua demolição¹⁸. No entanto, ao que pudemos apurar, tal intervenção apenas foi realizada em 1966, certamente com a deliberada intenção de libertar o corpo da Igreja de raiz medieval de um elemento que obstruía a sua legibilidade.

Dentro deste contexto de conservação da imagem de Santa Maria de Barrô deve ser destacada, ainda, a intervenção realizada em 1993 em torno da sua envolvente imediata, ligando de forma mais coerente e unificada a Igreja ao cemitério. Por então, e por iniciativa do pároco da freguesia, foi construído o coreto. Em 2010, a Igreja de Barrô passou a integrar a Rota do Românico. [MLB / NR]



Fachada sul. “Sala das Almas” em 1955. Fonte: arquivo IHRU.



Fachada sul. “Sala das Almas” em 1966. Fonte: arquivo IHRU.

¹⁸ Ofício n.º 3690 de 28 de junho de 1954 [SIPA.TXT.01667793 e SIPA.TXT.01667794]. In PT DGEMN:DSARH-010/220-0004. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011813020003].

CRONOLOGIA

- 1208: D. Sancha Vermudes doa o padroado da Igreja de Barrô aos Hospitalários;
- 1258: Pedro Gonçalves refere que a "villa" de Barrô fora doada por Egas Moniz ao Mosteiro de Paço de Sousa;
- Século XIII (1.ª metade): edificação da Igreja de Barrô;
- 1771, novembro: visitação à Comenda de Barrô pelo visitador frei Manuel Guedes de Magalhães;
- 1890: construção da torre sineira de Barrô;
- 1922: classificação da Igreja de Barrô como Monumento Nacional;
- Século XX (2.ª metade): principais intervenções de restauro da Igreja e sua envolvente;
- 2010: a Igreja de Barrô passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- [S.a.] – *Exposição de arte sacra do arceprelado de Resende*. Lamego: [Gráfica de Lamego], 1976.
- _____ – *Igreja matriz de Barrô / Igreja de Nossa Senhora da Assunção* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1955]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004279, FOTO.0081689.
- _____ – *Igreja matriz de Barrô / Igreja de Nossa Senhora da Assunção* [Material fotográfico]. Resende: [s.n., 1966]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004279, FOTO.0081711.
- ANTUNES, Rute – *Igreja matriz de Barrô/Igreja de Nossa Senhora da Assunção* PT011813020003 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006. [Consult. 30 de setembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).
- ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU (ADV) – Monásticos. *Convento [sic] de Barrô, 1555-1825*.
- AZEVEDO, Joaquim de – *Historia ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*. Porto: [Typographia do Jornal do Porto], 1877.
- AZEVEDO, José Mendes – [Memória Paroquial de] Barrô [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ-6-52.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE MALTA – *Arquivos da ordem de São João, secção XVI, parte 18, Priorado de Portugal, visita geral da comenda de Sernacelhe e comenda de Barro, 1771*.
- BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitectura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.
- _____ – *As transformações sofridas pela sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- CORREIA, Vergílio – *Monumentos e esculturas: séculos III-XVI*. Lisboa: Livraria Ferin, 1924.

- COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Braga: [edição de autor], 1979.
- DECRETO n.º 8 175. D.G. *Série I*. 110 (22-06-02).
- DUARTE, Joaquim Correia – *Resende e a sua história: as freguesias*. Resende: Câmara Municipal de Resende, 1994.
- FERNANDES, Rui – Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas... In *Collecção de ineditos de historia portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1926.
- FONSECA, Luís Adão da – Ordens militares. In AZEVEDO, Carlos Moreira - *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- HERCULANO, Alexandre, dir. – *Portugalliae monumenta historica : o saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum: inquisitiones*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1936.
- HUERTA HUERTA, Pedro Luís – Los artifices materiales de la construcción románica: oficios y funciones. In *Protagonistas de la obra románica*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2004.
- NOSSA SENHORA, Francisco – *Vida da serva do Senhor Soror Marianna da Madre de Deos: abadessa e fundadora do mosteiro de Barrô da ordem de Santa Clara...* Porto: [Tipo-Lito de Gonçalves & Nogueira, limitada], 1930.
- NUÑO GONZÁLEZ, Jaime – Aportación de la história, de la arqueología y de las ciências auxiliares al conocimiento del estilo románico. In *Iniciación al arte románico*. Aguilar del Campoo: Fundación Santa María la Real – C.E.R., 2005.
- PINTO, Joaquim Caetano – *Resende: monografia do seu concelho*. Braga: [edição de autor], 1982.
- PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT011813020003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Igreja de São Mamede de Vila Verde: 1. A Igreja na Época Medieval. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa - Rota do Românico, 2008.
- SANTOS, Reinaldo dos – *Oito séculos de arte portuguesa: história e espírito*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, [s.d.].
- SERRÃO, Joel, dir. – Hospitalários. In *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- _____ – Moniz, Egas. In *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.
- SOUSA, Luís Correia de – Iconografia musical na iconografia românica em Portugal. *Medievalista*. N.º 1 (2005). [Consult. 26.10.2011]. Disponível em [www: <URL: http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\ferreira8005.html>](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\ferreira8005.html).
- VASCONCELOS, Joaquim de; ABREU, Marques – *A arte românica em Portugal: texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executas por Marques Abreu*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 1918.